

Marx e a China: o problema da expansão do capitalismo

GUSTAVO MACHADO*

Ao longo de toda a sua obra Marx sempre dedicou uma atenção especial aos países asiáticos, particularmente, Índia e China. Apenas no jornal *New York Tribune* contamos cerca de quatro dezenas de artigos destinados a esses países. Apesar desse vasto material, o enfoque da maioria dos autores que trataram desses textos se centra em umas poucas passagens, em que “a destruição da indústria nativa [chinesa e indiana] pela Inglaterra é apresentada como *revolucionária*” (Marx; Engels, 1989a, p.184). Não sem razão, tais escritos tornaram-se exemplos que comprovariam a acepção eurocêntrica de Marx, desdenhoso daqueles povos asiáticos “sem história”, apologético das conquistas inglesas ultramarinas, do Ocidente ante o Oriente, da civilização ante a barbárie. Pensamos que tais escritos foram, regra geral, tratados de forma superficial e unilateral pela maior parte dos comentadores. Ao menos três graves “deslizes” metodológicos foram recorrentes e, como procuraremos demonstrar no curso desse artigo, com graves consequências.

Em primeiro lugar, dos cerca de 40 artigos que Marx publicou sobre esses dois países, recorreu-se quase que exclusivamente a 3 ou 4, no intuito de endossar a hipótese do eurocentrismo. Os artigos quase que exclusivamente tratados são: “O domínio britânico na Índia”, “Os resultados prováveis do domínio britânico na Índia” e “Revolução na China e na Europa”, todos escritos em meados de 1853. Como veremos, esse marco temporal mostrou-se um obstáculo epistemológico à

* Doutorando em Filosofia pela UFMG e pesquisador do Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos – Ilaese. E-mail: gustavohlm@yahoo.com.br

correta interpretação do problema da expansão capitalista e sua relação com os países asiáticos.

Em segundo lugar, antes de procurar compreender as conclusões de Marx a partir do desenvolvimento do próprio texto e do desdobramento dos argumentos, privilegiou-se sua interpretação a partir de adjetivações e rotulações externas, tais como: “homem de seu tempo”, “eurocentrismo”, “adaptação da filosofia da história de Hegel” e assim por diante. Um carrossel de autores pode ser citado para ilustrar essa corrente interpretativa que aponta para um “eurocentrismo” de base hegeliana em Marx. Um caso modelar é Shlomo Avineri. Na introdução da obra em que compilou boa parte dos escritos de Marx sobre a China e a Índia, Avineri diz que, apesar

de suas tentativas de compreender o mundo não europeu, a posição de Marx foi sempre eurocêntrica, e suas incursões pelas civilizações da Índia e da China não podem ser conciliadas com sua visão filosófica da história, já que como Hegel, permanece centrado nas experiências europeias e na consciência histórica ocidental. (Avineri, 1968, p.30)

Mais adiante, Avineri chega a afirmar que sua compilação dos artigos de Marx a respeito do mundo não europeu não possui nenhuma serventia. Caminhando na mesma direção, Ian Cummins (1980) deduziu desses artigos o desdém de Marx pelas lutas nacionais dos povos do leste-europeu e o seu juízo negativo diante da Rússia czarista. Outros autores que chegaram a conclusões similares, privilegiando claramente os artigos anteriormente mencionados, foram Kostas Papaioannou (1991) e Miklos Molnar (1975).

Por último, tais escritos foram quase sempre analisados a partir de reflexões sobre o colonialismo ou a questão nacional.¹ Isso significa que raras vezes a análise procurou captar a especificidade do pensamento de Marx sobre o país ou o contexto histórico efetivamente abordado nos artigos, mas pinçar formulações gerais sobre uma pretensa teoria geral do colonialismo ou uma teoria geral da nação. Essa atitude se reflete, por exemplo, nos próprios títulos das coletâneas em que esses artigos foram publicados, quase sempre denominadas, nas diversas traduções, como “Sobre o colonialismo”. Não é casual, portanto, a decepção de muitos autores cujo exame de tais textos se centraram na busca dessas “teorias gerais”. Nessa direção vai o pioneiro e interessante trabalho de Solomón Bloom sobre o problema da nação em Marx: *O mundo das nações: o problema nacional em Marx*. Bloom (1975, p. 25) conclui que “apenas muito incidentalmente Marx

1 Notamos, a esse respeito, o excelente artigo de Flávio Miranda (2018). Apesar de seus resultados coincidirem com os nossos em não poucos aspectos, o autor trata os diversos artigos de Marx sobre a Índia e China como “escritos sobre o colonialismo”, o que, pensamos, cria obstáculos para atingir as conclusões aqui desenvolvidas.

foi teórico da nacionalidade ou da raça. Nunca procurou definições de raça ou nação que as distinguíssem de outros agregados dos homens”. No mesmo sentido, Georges Haupt e Claudie Weill (1978, p.11) insistem que “não é exagerado falar de uma negativa em abordar a problemática nacional de forma global e conceder-lhe um estatuto teórico autônomo, a empreender uma teorização de conjunto”. Em suma, o tema apenas seria “desenvolvido em relação a problemas conexos, ou quando subordinado às exigências da ação”. A ambição de tapar essa “lacuna” no pensamento de Marx e constituir uma “teoria marxista do nacionalismo” aparece de modo mais nítido nos trabalhos de Horace Davis (1975; 1979).

Como se vê, ao reconhecerem a impossibilidade de extrair desses escritos uma teorização universal sobre a nação ou a colonização, esses autores concluíram contrafeitos que as análises das situações nacionais concretas em Marx dependiam de considerações políticas circunstanciais, carecendo assim de relevância teórica. Nós, ao contrário, não partimos do pressuposto de que apenas possuem relevância teórica as elaborações passíveis de serem elevadas a um estatuto universal, aplicáveis externamente a vários casos particulares. Procuraremos, em outra direção, e nos limites desse artigo, examinar os escritos de Marx sobre a China procurando extrair do texto os motivos das conclusões e possíveis rupturas presentes. Na parte final do artigo, evidenciaremos como esses estudos tidos como meramente circunstanciais sobre a questão chinesa impactaram a concepção mais geral de Marx sobre a expansão do capitalismo, levando a uma inflexão nada marginal em sua obra principal, *O capital*.

Nessa direção, examinamos a partir de agora os artigos de Marx sobre a China. Dividimos esses artigos, por motivos que ficarão mais claros adiante, em dois momentos. O primeiro deles é composto unicamente por dois artigos, datados de 1850 e 1853. Ambos foram escritos sob o impacto da descoberta de ricas minas de ouro na Austrália e na Califórnia, que prometiam impulsionar em larga medida o comércio mundial. Simultaneamente, temos a eclosão de uma revolta camponesa na China, conhecida como *Taiping*, que, em sentido oposto, ameaçava abalar esse mesmo comércio mundial, já que o país, em função da extensão potencial de seu mercado, se apresentava como um dos alvos mais promissores.

O segundo bloco de artigos, escritos entre 1857 e 1862, vem à tona quatro anos mais tarde, concomitantemente à eclosão da segunda guerra do ópio. São 18 artigos, 17 dos quais publicados pelo *New York Tribune* e o último deles pelo jornal vienense *Die Presse*. A quase totalidade deles foi completamente ignorada pelos estudiosos do pensamento de Marx, cujo exame se restringiu aos artigos compreendidos no primeiro momento. De qualquer modo, mencionamos que alguns desses artigos abordam as relações anglo-chinesas sob a ótica exclusiva dos acontecimentos políticos internos à Inglaterra e, apesar de úteis para o estudo da potência mundial de então, não problematizam o tema de que nos ocupamos – as particularidades chinesas em meio aos eventos da época e o problema da expansão do capitalismo – e por isso não serão considerados no presente estudo.

Primeiro momento: sob o impulso do comércio e do ouro

O primeiro desses artigos foi escrito em 1850 na *Nova Gazeta Renana – Revista*, logo no início do exílio londrino. Na acepção de Marx, a descoberta das minas de ouro californianas e, em menor medida, das australianas, prometia ser um acontecimento mais importante que as revoluções de 1848. Associado à vitalidade norte-americana, esse fato devia “deslocar o centro de gravidade mundial” do Velho Continente para o Novo Mundo, do Atlântico para o Pacífico. E mais ainda, para “não caírem na mesma dependência industrial, comercial e política da Itália, da Espanha e do Portugal modernos”, restava aos principais países europeus “iniciar uma revolução social que, enquanto ainda é tempo, adapte a economia à distribuição segundo as exigências da produção e das capacidades produtivas modernas” (Marx; Engels, 1974, p.11-12). É notória a ênfase dada por Marx, nesse momento, à extensão do comércio como fator decisivo para o desenvolvimento ou declínio da sociedade burguesa, colocando a Europa no impasse entre decadência e revolução social.

Mas não somente. O comércio sob bases capitalistas possui um poder desorganizador em relação às sociedades pré-capitalistas. Tanto é assim que, em seguida, ao tratar da China, esse inabalável e milenar Império, Marx destaca que seu transcurso histórico rotineiro foi desestabilizado pela chegada de “produtos britânicos e americanos baratos”. Afinal, a “indústria chinesa, essencialmente de manufaturas, sucumbiu à concorrência do maquinismo”. Esse cenário levou a uma crise social, já que os “impostos deixaram de entrar, o Estado encontrou-se à beira da falência, a grande massa da população conheceu a completa pobreza, e revoltou-se” (ibid., p.12).

Mas diferentemente de outras revoltas camponesas que há séculos se sucediam na China, as consequências agora serão bem diferentes, já que esse extenso Império não se encontrava mais isolado. Ainda que apenas esboçado, o mercado mundial entrelaçava o seu destino ao europeu. Por isso, essa iminente convulsão social chinesa, “qualquer que seja o caso, deve ter consequências importantíssimas para a civilização”. Segundo Marx, “podemos alegrar-nos com o fato de que o Império mais antigo e sólido do mundo tenha sido arrastado em oito anos, pelos fardos de algodão dos burgueses da Inglaterra” (ibid., p.12). Por fim, Marx termina o artigo aludindo não apenas aos impactos da revolta chinesa na Europa, mas à possibilidade mesma de uma revolução burguesa na China, sem, todavia, relacioná-la diretamente com a revolta em curso.

O tema será retomado três anos depois, em termos análogos, em artigo destinado ao jornal americano *New York Tribune* denominado: “Revolução na China e na Europa”. Nesse momento, a revolta camponesa é uma realidade no Império Celeste. Os revoltosos *Taiping* ocupam parte importante do território, inclusive Xangai.

Se já no primeiro artigo analisado, Marx estava distante de subordinar o devir dos países orientais unilateralmente à Europa, destacando as “consequên-

cias importantíssimas” da revolta chinesa no Velho Continente, agora, a tônica se desloca ainda mais para o país da Grande Muralha. Nas palavras de Marx, o futuro da Europa “pode depender mais provavelmente daquilo que se está agora a passar no Império Celeste [*Reich des Himmels*], o verdadeiro oposto da Europa, do que de qualquer outra causa política agora existente”. Segundo Marx, “não há nisto qualquer paradoxo, e qualquer pessoa pode compreender, considerando atentamente as circunstâncias do caso” (Marx; Engels, 1989b, p.21).

“Considerando atentamente as circunstâncias do caso”, e não tomando como guia uma teorização universal de um tipo qualquer, Marx reafirma que as “causas sociais que originaram as rebeliões crônicas que desde há mais de dez anos persistem na China, e que agora se conjugam numa formidável revolução, e a razão desta erupção, foi indiscutivelmente proporcionada pelo canhão inglês” que, “sob os encantos dourados da Califórnia e da Austrália”, abriu as portas de um mundo fechado (ibid., p.22). Tal afirmação é corroborada não pela mediação de uma filosofia da história, mas por uma análise da balança comercial chinesa. Até 1830, esta era favorável aos chineses, sobretudo em função da exportação do chá. Por esse motivo, a prata escoava da Índia, Grã-Bretanha e Estados Unidos para a China. A partir de 1833 e particularmente 1840, a relação se inverteu em função, principalmente, do comércio ilegal do ópio, traficado da Índia para a China com mediação e controle da Inglaterra.

Dessa análise, segue-se o entrelaçamento entre as revoluções na Europa e na China. Na Inglaterra, a potencial revolução social prenunciada por Marx, se asentava no crescimento acelerado de suas manufaturas, principalmente a partir de 1850, o que exigia um mercado cada vez mais amplo, condição essa radicalmente reduzida pela rebelião chinesa, o mais promissor mercado para o escoamento de uma produção cada vez mais alargada. Em suma,

como a maior parte do circuito comercial regular já foi percorrido pelo comércio britânico, pode prever-se, com segurança, que a revolução chinesa lançará a fâisca na mina sobrecarregada do sistema industrial atual e causará a explosão da crise geral que há muito tempo se está a forjar. (ibid., p.28)

Mas não somente. Essa crise, ao se alastrar “para o estrangeiro, será seguida de perto por revoluções políticas no continente” (ibid.).

Aí se insere a conclusão fundamental de Marx sobre o processo: agora, que a “Inglaterra originou a revolução na China, a questão está em saber quando é que, a seu tempo, essa revolução atuará sobre a Inglaterra e, através da Inglaterra, sobre a Europa” (ibid., p.24). E arremata com grande ironia ante os apologéticos da missão civilizadora europeia: “Seria um espetáculo curioso ver a China a lançar a desordem no mundo Ocidental enquanto as potências ocidentais, através dos barcos de guerra ingleses, franceses e americanos, estão a exportar ‘ordem’” para a China (ibid., p.28).

Os dois artigos citados, que compõem aquilo que denominamos primeiro momento, irão contrastar radicalmente com as conclusões contidas e desenvolvidas no segundo momento, isto é, nas quase duas dezenas de artigos que tratam central ou periféricamente da China, escritos entre 1857 e 1862. A diferença entre esses dois momentos é tão radical que, aparentemente, nenhuma das conclusões acima indicadas permanecerá de pé.

Segundo momento: a resistência da China tradicional

Tivesse Marx atingido as conclusões acima esboçadas como resultado natural de uma filosofia da história pressuposta ou como mera manifestação de preconceitos subjetivos típicos de um “homem do século XIX” poderia, decerto, deixar a China de lado, tratando unicamente de justificar, *a posteriori*, suas posições. Ocorre que, ao contrário, o que observamos em todos os artigos que compõem o segundo momento em que Marx aborda a questão chinesa é uma atenção detida no conjunto de fatos particulares verificados nesse período, a busca permanente pelo significado não explícito de cada acontecimento e dado empírico.

Acontece que o reexame da questão chinesa por Marx, alguns anos depois, impugna diretamente seus prognósticos e conclusões anteriormente analisados. A começar pelo prognóstico do impacto dissolvente das mercadorias industrializadas inglesas e americanas sobre a tradicional estrutura social chinesa. Na realidade, o que se verificou foi o oposto: a estagnação das exportações de manufaturas ocidentais para a China e o crescimento das exportações chinesas para o Ocidente. Nesse sentido, já em março de 1857, Marx observa que entre “1854 e 1857, as exportações de manufaturas britânicas para a China não atingiram mais de 1,250 milhão de libras esterlinas, um montante frequentemente atingido em anos anteriores à primeira guerra com a China”, isto é, a primeira guerra do ópio terminada em 1842 e, portanto, quinze anos antes (ibid., p.132). Conforme nos é demonstrado com dados detalhados expostos em vários artigos, o “fenômeno particular do mercado chinês reside no fato de que, desde a sua abertura pelo tratado de 1842, a exportação do chá e da seda de produção chinesa para Grã-Bretanha se ter expandido continuamente”, por outro lado, “o comércio de exportação para a China das manufaturas inglesas se mantinha no conjunto estacionário” (Marx; Engels, 1989a, p.73).

Os ingleses procuraram justificar esse resultado aparentemente paradoxal com alegações as mais diversas. Como, por exemplo, o excesso de estoques decorrentes do fornecimento excessivo de mercadorias pelos britânicos nos primeiros anos da abertura comercial. Justificaram também pela “falta de cuidado dos mercadores ingleses em relação à natureza das necessidades dos chineses” ou, ainda, pela baixa qualidade dos produtos ingleses (ibid., p.70). O jornal inglês *The Economist*, por seu turno, procurava explicar esse fracasso comercial com estudos sobre as vontades do consumidor chinês. Segundo Marx, “todos estes argumentos não explicam nada” (ibid., p.74), afinal, apenas atestam as oscilações

nas exportações das mercadorias inglesas e os respectivos índices de consumo do mercado chinês com números, números e mais números. Ocorre que, os números, por si mesmos, nada dizem. É necessário buscar a conexão interna de cada dado empírico, o conjunto das relações sociais expressas em cada índice econômico que a cada dia se contabilizam.

Marx cita, então, outras explicações que vão além da mera menção de estatísticas sobre as vendas, estoques, consumo, desejos e necessidades individuais. O jornal *The Economist*, em outra matéria, atribui a responsabilidade do fiasco comercial à competição estrangeira, particularmente a dos Estados Unidos e, em menor medida, da Alemanha e da Rússia. Marx contesta enumerando os modestos números das exportações americanas para a China, concluindo que se “apesar disso, a competição americana interferiu de modo sensível no tráfico britânico, então é porque o mercado chinês oferece, para o conjunto do comércio das nações estrangeiras, um campo muito limitado” (ibid., p.75). Outros encontram na rebelião camponesa na China, anteriormente aludida, a verdadeira causa da reduzida importância de sua demanda comercial, ao que Marx contrapõe os altos índices do comércio de ópio em toda a época revolucionária. Isto sem falar que a revolta eclodiu em função da intervenção militar britânica.

Como se vê, após descartar as justificativas que apenas citam dados estatísticos sem explicá-los, Marx procura negar também todas aquelas que atribuem o fracasso das exportações inglesas para a China a causas unilaterais. Rejeitando, portanto, argumentos causais e, enquanto tais, circunstanciais, empíricos e episódicos. Quais seriam, então, os motivos desse insucesso inglês na exportação de manufaturas para a China? Como explicar que as mercadorias inglesas, produzidas em escala industrial, contrapostas à rudimentar manufatura chinesa, não encontrassem demanda nas vastas populações do Império Celeste?

A esse respeito diz Marx que, “após uma cuidadosa análise da história do comércio chinês”, concluiu “que de um modo geral os poderes de consumo e de compra dos habitantes do Império Celeste foram grandemente sobre-estimados”. Isto é assim porque na “presente estrutura econômica de sociedade chinesa, que gira à volta da pequena agricultura e manufatura doméstica, qualquer grande importação de produtos estrangeiros está fora de questão” (ibid., p.75-76).

Se alguns anos antes, Marx descrevera superficialmente a estrutura social chinesa, destacando, em particular, os vínculos de dominação política que emergiam do déspota por meio de uma densa camada burocrática, vínculos esses que seriam no futuro dilacerados pelas mercadorias de baixo custo oriundas do Ocidente, agora, “após uma análise cuidadosa”, emerge o fundamento mesmo daquela hierarquia política centralizada, o fundamento mesmo da relativa solidez da estrutura social chinesa: o caráter autossuficiente de sua produção, marcada pela unidade doméstica entre agricultura e manufatura.

Tanto é assim que, em artigos subsequentes, tal questão será retomada e precisada. Um ano depois, em setembro de 1859, escreve um artigo denominado

“O comércio com a China à luz das estruturas sociais deste país”, onde, uma vez mais, se insurge contra as explicações unilaterais que, isolando alguns poucos aspectos quantitativos, abstraem sua forma de organização social.

O artigo contesta, uma vez mais, as explicações de ordem puramente externa ou subjetiva utilizadas por alguns oficiais ingleses. Em uma delas, o sr. Mitchell, agente britânico em Cantão, diz, segundo os relatórios contidos nos famosos *Livros Azuis*, que os

chineses são de tal modo parcimoniosos e agarrados ao seu modo de vida tradicional que apenas usam o que seus pais usaram antes deles, ou seja, o estritamente necessário, e nada mais, mesmo se lhes oferecemos as mercadorias aos mais baixos preços imagináveis. (apud Marx; Engels, 1974, p.158)

Sublime explicação! Para o sr. Mitchell, os chineses não consomem os novos e econômicos produtos ingleses simplesmente porque preferem, em função de sua tradição e de sua simplicidade, continuar a consumir os velhos e dispendiosos produtos de fabricação chinesa.

Na contramão dessas explicações empíricas ou subjetivas, Marx afirma que, abstraindo o tráfico do ópio cuja tendência é crescente, o principal “obstáculo a um aumento rápido das exportações para a China era constituído pela estrutura econômica dessa sociedade, baseada na combinação da agricultura parcelarizada com a indústria doméstica” (Marx; Engels, 1974, p.156). Mas em que sentido essa combinação seria um empecilho diante do todo poderoso comércio anglo-americano?

Citando trechos do já aludido relatório, Marx precisa a questão a partir da especificidade da estrutura social chinesa:

O algodão tecido em casa veste nove chineses em cada dez; o pano [...] mais grosseiro até o mais fino nanquim, é sempre fabricado nos lares camponeses; *não custa absolutamente nada ao produtor*, exceto a matéria-prima, ou melhor, o açúcar produzido na sua própria exploração com que realiza as suas trocas. [...] a China é talvez o único país do mundo em que se encontra uma máquina de tecelagem em todos os lares camponeses decentes. Em todos os outros países as pessoas contentam-se em cardar e fiar, deixando para os tecelões de ofício o cuidado de transformar os fios em tecido. (ibid., p.159-160) (grifo nosso)

Ora, por mais baratos que sejam os produtos ingleses oriundos da indústria, por maiores que sejam as suas qualidades e sua padronização em função da produção mecanizada, eles não têm o poder de dissolver a produção tradicional chinesa, cujos produtos nada custam aos respectivos produtores. Ou melhor, custam *açúcar* ou a energia dispendida pelo trabalho circunscrito ao núcleo familiar. Em outras palavras, o camponês chinês não tem por que pagar a outro pela aquisição

do que já possui. Sendo possuidor de seus meios de produção, sua atividade não se encontra cindida em trabalho individual e social. Não produz para um outro indeterminado, mas para satisfação das necessidades circunscritas ao âmbito familiar. Nesse sentido, o mesmo relator fornece um exemplo elucidativo de um agricultor chinês:

É camponês e artesão em uma mesma pessoa. Fabrica o tecido quase sem custos, debaixo do seu próprio teto, com o trabalho de toda a família. E não emprega força de trabalho suplementar, nem tempo de trabalho extra. Faz os membros da sua família fiar e tecer, enquanto as colheitas amadurecem nos campos, quando chove ou quando as atividades agrícolas estão interrompidas. Em suma, ao longo de todo o ano, este modelo de zelo doméstico realiza as suas tarefas sem interrupção, e consagra-se sempre a qualquer coisa útil. (apud Marx; Engels, 1974, p.160)

Por fim, Marx complementa a descrição acima de Mr. Mitchell, com outro relato de Lord Elgin, presente também no *Livro Azul*:

Cheguei à conclusão de que, na sua maior parte, recebem da Coroa, para usufruto integral, e contra o pagamento de rendas anuais nada excessivas, as parcelas de terra que cultivam, e que as circunstâncias favoráveis, a que vem juntar-se o seu incansável zelo, satisfazem largamente as suas modestas necessidades de alimentação e vestuário. (Marx; Engels, 1974, p.161)

Como se vê, essa “combinação da atividade agrícola e da indústria artesanal doméstica obstou durante muito tempo a penetração de produtos manufaturados britânicos nas Índias Orientais, e ainda hoje a trava consideravelmente”. Para transformar tais agricultores chineses em “livre” vendedores de sua respectiva força de trabalho e, enquanto tal, compradores de mercadorias, é necessário destruir tal combinação entre atividade agrícola e indústria artesanal doméstica. Ora, para Marx, os “ingleses ainda não têm este poder na China, e é provável que nunca venham a conquistá-lo” (grifo nosso) (ibid., p.161). O giro é radical. Anos antes, Marx concebia uma China cuja estrutura social seria facilmente destruída pela maquinaria e pelos produtos industrializados dos Estados Unidos e da Inglaterra; agora, ao contrário, diz que o mais provável é que os ingleses nunca venham a lograr tal feito.

Não sem razão, a posição de Marx também se alterou em relação à revolta camponesa na China. A resignificação das relações entre China e Europa, assim como o reconhecimento das sólidas bases em que se assenta o Império Celeste, coloca os revoltosos chineses de então sob outra perspectiva. Apesar de reconhecer as profundas raízes sociais desta revolta, cujas causas imediatas considera evidente: “ingerência europeia, guerras do ópio e conseqüente enfraquecimento do governo existente, fuga do dinheiro para fora do país, desequilíbrio econômico conseqüente

da importação de mercadorias estrangeiras” (ibid., p.170); reconhece, ao mesmo tempo, os extremos limites e a absoluta impotência desse levante camponês ante os problemas sociais que o originaram. Afinal, “em si, tal fenômeno nada tem de excepcional”. Afinal, no curso de sua história os impérios orientais “sempre deram provas do maior dos imobilismos na sua infraestrutura social, ao passo que a superestrutura política tem sido agitada por mudanças incessantes de pessoas e de dinastias no poder” (ibid., p.169).

O limite central é que tais revoltas não acenam para nenhuma transformação nas estruturas sociais tradicionais da China. “À parte a mudança de dinastia, não se põem nenhum problema. *Não têm palavras de ordem*” (grifo nosso) (ibid., p.170). Produto “de uma vida social fossilizada”, a revolta aparece, aos olhos de Marx, como “um flagelo bem mais cruel para as massas populares do que para os governos tradicionais”. E vai mais além: “a sua missão parece reduzir-se a opor ao marasmo conservador uma destruição sob formas grotescas e repugnantes, uma destruição sem nenhum germe de regeneração” (ibid., p.161).

Ora, como se vê, na acepção de Marx, não basta que uma revolta seja moralmente legítima; os fins a que perseguem devem ser objetivamente possíveis. Nesse sentido, é central o trecho em que diz: “Não têm palavras de ordem”, ou seja, apesar do legítimo protesto contra a ordem social reinante, não visam qualquer finalidade clara e determinada, não têm programa, não apontam para outra ordem social, apesar de toda fraseologia igualitária e, por isso mesmo, os revoltosos *Taping* não constituem, em nenhum sentido, o germe da regeneração chinesa.

De qualquer modo, o que aqui nos interessa é que nesse segundo momento as conclusões e, mesmo, o curso geral da análise seguem um caminho completamente diverso daquele primeiro momento que analisamos. A expansão comercial britânica é vista como um flagelo, tanto para a China como para a Inglaterra. As sólidas bases sociais chinesas, assentadas na unidade entre agricultura e manufatura, mostram-se imunes aos produtos da sofisticada indústria Ocidental. Mesmo os revolucionários Taiping, outrora vistos como ponto de partida de uma revolução europeia, passados dez anos, não despertam a menor expectativa em Marx e são, até mesmo, descritos como um flagelo para o próprio povo chinês. Quais seriam as raízes mais profundas desta completa mudança de perspectiva? Deste aparente giro de 180 graus? No item seguinte, pretendemos responder a presente questão.

Desvendando o segredo do modo de produção capitalista

O que se oculta por trás dessa mudança de perspectiva entre o Marx dos dois primeiros artigos sobre a China, escritos em 1850 e 1853, e o Marx dos artigos subsequentes, escritos entre 1857 e 1862, não é uma ruptura com o eurocentrismo, nem uma maior consideração pelos fatores nacionais, tampouco uma tomada de consciência dos nefastos resultados da expansão imperialista britânica, menos ainda uma ruptura com uma filosofia da história nos moldes hegelianos. Como vimos, nenhuma conclusão se desdobra de uma filosofia universal, nem mesmo

nos primeiros artigos, mas de uma análise das peculiaridades chinesas, bem como da situação internacional. Elas também não se desdobram de concepções subjetivas, continuamente criticadas por Marx em sua apreciação dos analistas ingleses. Ao contrário, essa inflexão se assenta em uma descoberta fundamental, realizada em meados dos anos de 1850.

Trata-se do desvelamento do fundamento histórico do modo de produção capitalista, seu pressuposto mais fundamental e oculto: a expropriação da propriedade fundada no próprio trabalho, a expropriação originária, a dissolução absoluta das comunidades primitivas em que indivíduo, comunidade e natureza encontravam-se indissociavelmente ligados. Para que fique claro o alcance dessa descoberta de Marx, somente consumada nesse período e precisada ao longo dos anos de 1860, faremos algumas remissões a alguns momentos anteriores de sua obra.

Até os *Grundrisse*, Marx colocava a tônica do desenvolvimento capitalista não na expropriação dos produtores diretos, mas na expansão comercial justificada à ampliação da divisão técnica e social do trabalho. A nova configuração social dos indivíduos enquanto classes sociais – burguesia e proletariado – era, até então, tomada sem maiores explicações, como associada a esta ampliação da divisão social do trabalho, ou mais precisamente, à separação entre cidade e o campo, entre a produção e o comércio, e assim por diante. Em outros termos, eram descritos uma série de elementos que culminaram na forma de organização social capitalista, sem explicar, todavia, o que tornou tal desenvolvimento possível. O grande propulsor do modo de produção capitalista era, assim, o contato comercial entre duas nações com distintos patamares de desenvolvimento técnico-industrial, sendo que uma delas estava armada, principalmente, de mercadorias baratas oriundas da produção industrializada. Não é de se surpreender, portanto, que naqueles primeiros artigos sobre a questão chinesa e indiana, Marx considerasse que essas formas milenares de organização social pudessem ser dissolvidas unicamente sob o influxo do comércio e tecnologia ocidental.

Vale dizer que tais artigos não constituem, de modo algum, uma exceção. Já no *Manifesto Comunista*, a expansão comercial sob bases industriais é posta como um elemento em si mesmo, suficiente para o completo domínio do modo de produção capitalista pelo globo, sem qualquer referência direta à árdua e violenta expropriação que esse modo de produção pressupunha. Dirá Marx que, por meio do mercado mundial, “a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, retirou da indústria sua base nacional”. Pensamos que a expansão comercial é tratada de uma forma um tanto autonomizada no processo de propagação do capitalismo e dotada de um poder universal de dissolução que efetivamente não possui. Somente assim Marx pôde afirmar, sem maiores explicações, que no “lugar do antigo isolamento local e da autossuficiência das nações, desenvolvem-se, em todas as direções, um intercâmbio e uma interdependência universais” (Marx; Engels, 2003, p.29).

Não por acaso, já estão contidas no *Manifesto* aquelas equívocas afirmações sobre a China. Afirma Marx que com “o rápido aprimoramento de todos os meios de produção, com as imensas facilidades dos meios de comunicação, a burguesia arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização”. E diz explicitamente que os “baixos preços de suas mercadorias formam a artilharia pesada com que destrói todas as muralhas da China, com que obriga à capitulação os bárbaros mais hostis aos estrangeiros”, constringendo “todas as nações, sob pena de extinção, a adotarem o modo burguês de produção; força-as a adotarem o que ela chama de civilização, isto é, a se tornarem burguesas” (ibid., p.30). E o texto do *Manifesto* segue acentuando sempre o desenvolvimento técnico e o comércio como molas propulsoras fundamentais da expansão capitalista, sem remeter jamais de forma determinada à expropriação que se encontra em sua base.

Pode-se argumentar, não sem razão, que o *Manifesto* é tão-somente um texto programático-panfletário, sem um desenvolvimento teórico maior, razão pela qual verificamos essas tão rápidas e unilaterais formulações. No entanto, se nos voltarmos para a *Ideologia alemã*, a questão aparece, regra geral, em termos análogos. Não é possível desenvolver, nesse espaço, a questão em todos os seus pormenores. Vejamos, no entanto, os momentos centrais em relação a esse tema.

Após considerações sobre a divisão social do trabalho na Idade Média e seu desenvolvimento subsequente, com a radicalização da separação entre cidade e campo, Marx explica que o “processo seguinte na expansão da divisão do trabalho foi a separação entre a produção e o comércio” (Marx, 2007, p.54). Como? Por que meios? Não explica! Essa separação originou, no polo oposto, uma classe especial de comerciantes que possibilitaram a “ação recíproca entre a produção e o comércio” e a ligação das cidades umas com as outras. E mais ainda. Depende “exclusivamente da extensão do comércio se as forças produtivas obtidas numa localidade, sobretudo as invenções, perdem-se ou não para o desenvolvimento posterior” (ibid., p.55). Sem explicitar as condições sociais que possibilitam esse desenvolvimento das trocas em todas as direções, o comércio aparece como fundando por si mesmo um certo tipo de divisão social do trabalho e de vínculos entre o conjunto dos produtores, resultando, por fim, no capitalismo.

Tudo isto fica claro quando Marx descreve a *gênese* da manufatura que, em termos vagos e abstratos, é associada, em grande medida, à libertação do sistema corporativo. Nessa direção, a “divisão do trabalho entre as diferentes cidades teve como consequência imediata o nascimento das manufaturas” (ibid., p.55). Se as manufaturas brotam quase espontaneamente da divisão do trabalho entre as cidades que, por sua vez, é um produto da separação entre produção e comércio, como explicar a origem da força de trabalho disponível que elas pressupõem para existir?

Ora, a força de trabalho empregada nas manufaturas é, segundo o Marx da *Ideologia alemã*, oriunda de camponeses excluídos da corporação ou simplesmente mal remunerados por esta. Na Inglaterra, toda massa de indivíduos sujeitos à vagabundagem e, posteriormente, à venda de sua força de trabalho surge com

a “dissolução das vassalagens feudais, pela dispensa dos exércitos que haviam sido formados e servido aos reis contra os vassalos, pela agricultura melhorada e pela transformação de grandes porções de terras cultiváveis em pastagens” (ibid., p.56). Como se vê, apesar de mencionar a dissolução das vassalagens feudais e a transformação de terras cultiváveis em pastagens, fatos esses já amplamente conhecidos à época, tais elementos são simplesmente enumerados, um após o outro, sem qualquer referência direta ao processo histórico de expropriação dos meios de produção que esse processo pressupõe. E, de fato, na sequência do texto fica claro que Marx está distante ainda de atingir a determinação fundante do capital. Segundo ele, as manufaturas italianas têm “como seu pressuposto histórico o intercâmbio com nações estrangeiras”, enquanto as inglesas e francesas “limitavam-se, inicialmente, ao mercado interno”. Todas elas possuem, no entanto, “como pressuposto uma concentração avançada da população [...] e do capital, que começa a acumular-se em poucas mãos, em parte entre as corporações [...] e em parte entre os comerciantes” (ibid., p.55).

Todo o texto segue nessa mesma linha, destacando sempre o papel do comércio e do desenvolvimento da divisão do trabalho no processo histórico que se encontra na *gênese* do modo de produção capitalista. Como se nota, não são nada surpreendentes as conclusões e a linha argumentativa utilizada por Marx no primeiro momento de seus artigos sobre a China e a Índia. O que surpreende é que poucos tenham notado essa inflexão fundamental no pensamento de Marx em meados dos anos de 1850 e, mais ainda, seu profundo significado: uma ruptura radical com a concepção do fundamento da sociedade burguesa tal como se encontra no *Manifesto* e na *Ideologia alemã*. Momento esse em que a concepção de Marx, a respeito do desenvolvimento histórico que culminou no modo de produção capitalista, é, segundo nossa avaliação, essencialmente burguesa.

É verdade que, em vários textos do período, Marx diz do papel da violência, das guerras e das revoluções na história. O *Manifesto*, como se sabe, abre com a famosa formulação de que a “história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes”. Ao mesmo tempo, desde pelo menos a *Ideologia alemã*, Marx assinala a questão das relações de propriedade que se encontram na base de toda forma de organização social. Diz ainda que “toda luta revolucionária se dirige contra uma classe que até então dominou”, complementando “que em todas as revoluções anteriores a forma da atividade permaneceu intocada, e tratava-se apenas de instaurar uma outra forma de distribuição dessa atividade” (ibid., p.42). Além da famosa afirmação de que “não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história” (ibid., p.43).

No entanto, tais aspectos são sempre tomados de forma absolutamente indeterminada. Não é possível distinguir, por exemplo, se, no processo de *gênese* da sociedade burguesa, a revolução se refere unicamente à derrota da nobreza enquanto classe dominante pela burguesia ascendente ou ao processo de expropriação que trouxe à luz a massa de trabalhadores assalariados. Tanto é assim que jamais

se faz referência explícita a esse árduo processo de expropriação pressuposto pelo modo de produção capitalista, nem aos sólidos vínculos entre indivíduo-comunidade-natureza presentes no conjunto das relações sociais precedentes e, sobretudo, da necessidade da violência para dilacerá-los e transformar os indivíduos em mera força de trabalho. A *gênese* histórica do capital é concebida em termos unilateralmente positivos, sem desenvolvimento interno, sem explicitar as dissoluções sociais que possibilitaram o aprofundamento da divisão social do trabalho, bem como o desenvolvimento do mercado não apenas em extensão, mas em profundidade.

Muitos trabalhos mais recentes atentam para essa inflexão ou mesmo uma ruptura mais profunda de Marx, na altura da redação dos *Grundrisse*.² Ainda assim, a natureza mais fundamental desse giro tem sido tratada, quase sempre, com superficialidade, sem atingir, no nosso entender, o cerne da questão. Robert Brenner (1989) e Ellen Meiksins Wood, por exemplo, compreendem essa mudança de perspectiva de Marx como uma ruptura entre duas teorias da história: uma primeira fundada no primado das forças produtivas e a segunda no primado das relações de produção. Nessa direção, em seu livro *A origem do capitalismo*, Ellen Wood diz existir duas teorias da história no pensamento de Marx:

Uma delas [a teoria da história] é muito semelhante ao movimento convencional, no qual a história é uma sucessão de etapas na divisão do trabalho, com um processo transitório de avanço tecnológico e com o papel principal atribuído às classes burguesas, que teriam dado origem ao capitalismo pelo simples fato de serem libertas do jugo feudal. [...] É essa, basicamente, a narrativa de alguns dos seus primeiros textos, como *A ideologia alemã* e *O Manifesto Comunista*". (Wood, 2001, p.36)

A essa teoria da história, Ellen Wood contrapõe uma outra fundada na mudança nas relações de propriedade, existente a partir dos *Grundrisse*.

Na maior parte dos casos, os *Grundrisse* são encarados como uma ruptura de Marx com o eurocentrismo.³ Um exemplo interessante, nesse sentido, são os ensaios de Kevin Anderson (2013; 2002), nos quais sustenta exatamente uma visão unilinear e etnocêntrica da história no *Manifesto*, assim como nos artigos de 1853 sobre a China e a Índia. Anderson destaca, então, que em “escritos tar-

2 Em trabalho recente, Lucia Pradella (2015) analisa os *Cadernos de Londres*, estratos e manuscritos de estudos de Marx entre os anos de 1850 e 1853. Nesse trabalho, a autora destaca a enorme dimensão dos estudos que Marx reservou às formas de sociedades mais remotas.

3 A demarcação desta suposta ruptura com o eurocentrismo não é consensual entre os intérpretes. Autores como Löwy (2013, p.9) e Dussel (1990, p.261) a situam nos últimos anos da vida de Marx, quando este se debruça sobre os textos etnológicos e sobre a comuna rural russa. Sobre essa tese, ver nosso artigo (Machado, 2017). Outros, como Aricó (1982, p.54), colocam esta demarcação nos escritos sobre a Irlanda, datados a partir de 1867.

dios menos discutidos de Marx (inclusive, até certo ponto, aqueles sobre Índia e China de 1856-59) ele parece ter superado alguns desses problemas” (Anderson, 2013, p.2). Seguindo à esteira da ruptura com o eurocentrismo, Néstor Kohan diz:

Em fins da década de 1850 e, sobretudo, nas décadas de 60 e 70 do século XIX, se produz uma forte descontinuidade na trajetória teórica e científica de Marx no que diz respeito aos problemas específicos originados da relação entre capital europeu ocidental com os povos e países da periferia colonial dependente. [...] Descontinuidade que poderíamos caracterizar como uma verdadeira mudança de paradigma, se compararmos com o *Manifesto Comunista* ou com os trabalhos periodísticos mais tipicamente modernistas e europeístas. (Kohan, 1998, p.237)

Diversamente desses autores, e como procuramos argumentar antes, não vemos qualquer evidência de que as posições de Marx, nos dois momentos assinalados de seus artigos sobre a China, decorram de uma teoria universal da história, tampouco de uma ruptura com o eurocêntrico. Antes disso, as conclusões decorrem sempre de uma análise das particularidades nacionais e do contexto em questão. Tanto é assim que a descoberta por nós indicada remete ao próprio modo de produção capitalista, e não a uma teoria geral da sucessão dos modos de produção, tema esse jamais abordado em todos os artigos considerados. Não sem razão, a inflexão em relação ao fundamento do modo de produção capitalista terá profundo impacto em sua *crítica da economia política*: a emergência da categoria força de trabalho, produto da expropriação de todos os meios de produção dos produtores imediatos.

Não é casual, portanto, que só muito tardiamente Marx separe a categoria trabalho da categoria força de trabalho. Essa distinção não é, de modo algum, um resultado puramente lógico que ele encontrou ao investigar as contradições da teoria do valor em David Ricardo. A categoria força de trabalho, na realidade, possui um profundo significado histórico justamente por encerrar todo um longo processo de dissolução da unidade originária que caracterizava as comunidades humanas primordiais, transformando o conjunto dos produtores diretos em trabalhadores assalariados, despidos de toda objetividade, proprietários tão-somente de sua capacidade para determinado tipo de trabalho. No texto *Trabalho assalariado e capital*, por exemplo, escrito em 1849, tal distinção está ausente. Nele Marx utiliza dezenas de vezes o termo trabalho, quando, na verdade, se refere à venda da força de trabalho.⁴ Por exemplo, em certa altura diz: “O *salário* é, pois, apenas um nome específico para o *preço do trabalho*, para o preço dessa mercadoria peculiar, que não existe senão na carne e sangue humanos” (Marx, 2010b, p.533).

4 Esse texto foi republicado por Engels em 1891 e, não sem razão, foi por ele editado. Engels substituiu sempre que necessário o termo *trabalho* por *força de trabalho*. Algumas edições brasileiras deste escrito não explicitam as edições de Engels.

É somente nos *Grundrisse*, escrito justamente entre 1857 e 1858, que essa diferença se insinua pela primeira vez. Ainda assim, de forma pouco precisa. Marx agora utiliza os termos “força de trabalho” (*Arbeitskraft*) e, principalmente, “capacidade de trabalho” (*Arbeitsvermögen*) para especificar a mercadoria vendida pelo trabalhador, como no seguinte trecho: “o trabalhador só vende a disposição temporária sobre sua capacidade de trabalho” (Marx, 2011, p.228). Ainda assim, tal diferenciação jamais é suficiente e explicitamente esclarecida no curso do próprio texto, sendo identificada, muito mais, em função dos trabalhos posteriores. Já nos manuscritos preparatórios de *O capital* de 1861-1863, essa diferença é, pela primeira vez, expressa de maneira patente e direta (Marx, 2010a, p.55-68), deixando claro que o trabalho é unicamente o consumo da força de trabalho, ou seja, seu valor de uso, no que se distingue da mercadoria vendida: a força de trabalho.

Mas é somente em 1865, em discurso proferido na Associação Internacional dos Trabalhadores e publicado com o título de *Salário, preço e lucro*, que Marx anuncia diretamente e sem rodeios o pressuposto histórico da força de trabalho: a expropriação originária. Importante notar que esse é justamente o momento em que Marx apresenta, pela primeira vez em público, a noção de força de trabalho. Em um capítulo que carrega precisamente este subtítulo: “Força de trabalho”,⁵ Marx enuncia de maneira transparente a tese que aqui sustentamos, destacando, inclusive, que aquilo que a economia burguesa denomina de *acumulação originária* é, em verdade, uma *expropriação originária*. Em função de sua relevância para o tema aqui em questão, citamos a passagem integralmente:

Como é que surge este fenômeno estranho de encontrarmos no mercado um conjunto de compradores possuidores de terra, de maquinaria, de matéria-prima e de meios de subsistência, coisas que, todas elas, salvo a terra no seu estado bruto, são *produtos do trabalho* e, por outro lado, um conjunto de vendedores, que não têm nada para vender exceto a sua força de trabalho, os seus braços e cérebros que trabalham? De que um conjunto compra continuamente em ordem a ter lucro e a enriquecer-se, enquanto o outro conjunto continuamente vende em ordem a ganhar a vida? A investigação sobre esta questão seria uma investigação sobre aquilo a que os economistas chamam “*acumulação prévia ou originária*”, mas que deve ser chamada *expropriação originária*. Verificamos que esta chamada *acumulação originária* não significa senão uma série de processos históricos, resultantes em uma *decomposição da unidade originária* existente entre o Homem Trabalhador

5 Normalmente o capítulo “Força de trabalho” aparece nas edições correntes desse livro como o sétimo capítulo. Os seis primeiros foram intitulados pelo genro de Marx, Eduard Aveling, que, conjuntamente com Eleonor Marx, editou e publicou pela primeira vez esse escrito no ano de 1898. O primeiro capítulo do livro, conforme o manuscrito original, é justamente aquele da “Força de trabalho”, que Marx colocou explicitamente em destaque por enunciar, pela primeira vez, uma de suas descobertas mais fundamentais. Ver Marx (2002, p.5).

e os seus Instrumentos de Trabalho. Semelhante investigação, contudo, fica além dos limites do meu assunto presente. Uma vez estabelecida a *separação* entre o Homem de Trabalho e os Instrumentos de Trabalho, semelhante estado de coisas manter-se-á e reproduzir-se-á em uma escala constantemente crescente, até que uma nova e fundamental revolução do modo de produção o derrube de novo e restaure a unidade originária em uma forma histórica nova. (Marx, 2002, p.68)

Claro está agora o papel desempenhado nos *Grundrisse* pelo texto *Formas que precedem a produção capitalista*. Essa longa incursão de Marx por vários momentos do processo histórico é um primeiro esforço investigativo de fôlego tendo em vista desenvolver um resultado fundamental que ele acabara de alcançar. Ao mesmo tempo, é razoável supor que a profunda resistência das formas sociais tradicionais da China e da Índia ao comércio ocidental foram de grande importância para que ele questionasse toda sua concepção anterior sobre o desenvolvimento do capitalismo, atentando para a necessidade de investigar com mais detalhes todo processo histórico que deu origem a uma massa de despossuídos, sujeitos somente a venderem a única “coisa” que agora possuem: a força de trabalho. Nesse sentido, pensamos que não foi casual o fato de Marx escrever as *Formen* pouco depois de retomar a redação dos artigos sobre a China.

E, como não poderia deixar de ser, os *Grundrisse* constituem o primeiro texto em que Marx rechaça sem rodeios a tese desenvolvida em seus escritos anteriores. Ali ele dirá que a “dissolução de todos os produtos e atividades em valores de troca pressupõe a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção, bem como a dependência multilateral dos produtores entre si” (Marx, 2011, p.104). Ao mesmo tempo, o poder dissolvente do dinheiro é negado:

É intrínseco à determinação simples do próprio dinheiro que ele só pode existir como momento desenvolvido da produção ali onde existe o *trabalho assalariado*; que ali, igualmente, longe de dissolver a forma de sociedade, o dinheiro é muito mais uma condição de seu desenvolvimento. (ibid., p.167)

Agora, diversamente da *Ideologia alemã*, o desenvolvimento da divisão do trabalho não é explicado como um desdobramento meramente afirmativo das condições dadas no momento antecedente, mas fundamentalmente como destruição, dissolução, em uma palavra, expropriação:

Onde e quando se deu essa transição *histórica* do estado semisselvagem para o moderno? No máximo, no *charivari*. Na história efetiva, o trabalho assalariado resulta da dissolução da escravidão e da servidão ou do declínio da propriedade comunal, como se deu entre povos orientais e eslavos e, em sua forma adequada que faz época, forma que abarca toda a existência social do trabalho, procede da

destruição da economia das corporações, do sistema estamental, do trabalho natural e da renda em espécie, da indústria operando como atividade rural acessória, da pequena economia rural ainda de caráter feudal etc. Em todas essas transições históricas efetivas o trabalho assalariado aparece como dissolução, como destruição de relações em que o trabalho era fixado em todos os aspectos, em seu rendimento, seu conteúdo, sua localização, sua extensão etc. *Portanto, como negação da fixidez do trabalho e de sua remuneração.* (ibid., p.34)

Nesse sentido, as conclusões últimas de Marx sobre a China correspondem àquele segundo momento que descrevemos, em clara e aberta ruptura em relação ao primeiro. Insistimos que, nesse caso particular, não se tratou de uma mera mudança na apreciação de uma situação conjuntural, mas na compreensão do fundamento histórico do modo de produção capitalista, tomado, anteriormente, em termos vagos, abstratos, superficiais. Não sem razão, no Livro Terceiro de *O capital*, escrito em 1865, Marx explica que a “base ampla do modo de produção [da China e Índia] é aqui formada pela unidade de pequena agricultura com indústria caseira”. Por isso, na “Índia, os ingleses aplicaram ao mesmo tempo seu poder político e econômico direto, como dominadores e arrendatários da terra, para fazer saltar essas pequenas comunidades econômicas”, métodos esses descritos em uma nota como desacertados, estúpidos e infames (Marx, 1986, p.250).

Ou seja, o elemento fundamental para desagregar essa unidade da produção industrial e agrícola não é tanto o comércio, mas a “ação política direta”. E conclui de forma categórica: a “grande economia e a poupança de tempo que decorrem da ligação entre agricultura e manufatura oferecem aqui a mais pertinaz resistência aos produtos da grande indústria”. E diz ainda que “não é o comércio que revoluciona a indústria, mas é a indústria que constantemente revoluciona o comércio” (ibid., p.250).

Por fim, vale dizer que essa descoberta nada altera na tendência do capital de se expandir e abarcar, em extensão e profundidade, o conjunto do globo terrestre. Todavia, tal processo longe está de ser reduzido àquele prognóstico simplista asentado unilateralmente no desenvolvimento do comércio mundial impulsionado de forma preponderante pela artilharia pesada das mercadorias baratas inglesas. Acreditamos, igualmente, que à luz de sua nova formulação, Marx impugnaria sua afirmação anterior de que a descoberta das ricas minas de ouro californianas, pela impulsão comercial que lhe corresponde, seria um evento mais importante que as revoluções europeias de 1848. Agora, o exame dos casos particulares, sobretudo aqueles que envolvem o entrelaçamento entre a Europa capitalista e os países imersos em formas de produção asiáticas, ganham um acentuado grau de complexidade e imprevisibilidade. Apesar da tendência à universalização do capital se manter, agora, trata-se de uma tendência cujos contornos futuros é impossível prever de antemão, exceto pelo fato de que pressupõe, caso realizado, a prática

voraz da violência, da expropriação de todas formas de trabalho de algum modo diretamente ligadas à natureza e a comunidade.

Argumentamos que essa profunda inflexão no pensamento de Marx modifica por completo a maneira como o processo de expansão do capital deve ser concebido. Não mais como uma expansão unilateral alimentada pelos atributos genéricos do dinheiro, mas como uma expansão que exige formas absolutamente específicas de expropriação. De fato, com tais conclusões, a análise dos processos nacionais e particulares ganham uma preponderância ímpar na análise do processo de expansão capitalista. Agora, o único aspecto efetivamente universal posto pelo capital em sua *gênese* é que, seja qual for a situação particular, “o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés” Marx (2013, p.830). Seu princípio não é o comércio, nem a técnica, nem o desenvolvimento afirmativo da divisão social do trabalho e das cidades, nem uma acumulação prévia de dinheiro; mas o sangue, a expropriação das formas pretéritas de trabalho. Em uma palavra: luta de classes.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Kevin. Marx's late writings on non-western and precapitalist societies and gender, *Rethinking Marxism*, v.14, p.84-96, 2002.
- _____. *De los 'Grundrisse' al 'Capital'*: temas multilineales. Disponível em: <<http://marxismocritico.com/2013/12/12/de-los-grundrisse-al-capital/>>. Acesso em: 25 abr. 2016.
- ARICÓ, J. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- AVINERI, Shlomo. *Karl Marx on Colonialism and Modernization*. Inc. Garden City: Doubleday & Company, 1968.
- BLOOM, Salomon. *El mundo de las naciones: el problema nacional en Marx*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.
- BRENNER, Robert. Bourgeois revolution and transition to capitalism. In: BEIER, A. L.; CANNADINE, David; ROSENHEIM, James M. (eds.). *The First Modern Society: Essays in English History in Honour of Lawrence Stone*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p.271-304.
- CUMMINS, Ian. *Marx, Engels and National Movements*. London: Croom Helm, 1980.
- DAVIS, Horace. *Nacionalismo y socialismo: teorías marxistas y laboristas sobre el nacionalismo hasta 1917*. Barcelona: Península, 1975.
- _____. *Para uma teoria marxista do nacionalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- DUSSEL, H. *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana*. Iztapalapa: Siglo XXI, 1990.
- HAUPT, Georges.; WEILL, Claudie. *Marx y Engels frente al problema de las naciones*. Barcelona: Editorial Fontamara, 1978.
- LÖWY, M. Dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do progresso. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Luta de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- KOHAN, Néstor. *Marx en su (Tercer) Mundo: Hacia un socialismo no colonizado*. Buenos Aires: Biblos, 1998.

- MACHADO, Gustavo. Sobre a possibilidade de uma revolução russa nos escritos de Marx. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, ano XII, n.23, v.1, abr. 2017.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política. Manuscritos de 1861-1863. Cadernos I a IV. Terceiro capítulo – O capital em geral*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010a.
- _____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- _____. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. Berlin: Dietz Verlag: Marx-Engels: Werke (Band 42), 1974.
- _____. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: EDUC, 2010b.
- _____. *O capital*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. Livro terceiro. Coleção Os economistas. v.IV. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- _____. *Salário, preço e lucro*. São Paulo: Centauro, 2002.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Sobre a China*. Porto: Escorpião, 1974.
- _____. *Sobre o colonialismo*. v.II. São Paulo: Mandacaru, 1989a.
- _____. *Sobre o colonialismo*. v.I. São Paulo: Mandacaru, 1989b.
- _____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003.
- MIRANDA, F. Uma polêmica em torno dos escritos de Marx sobre colonialismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, v.46, p.27-46, 2018.
- MOLNAR, Miklos. *Marx, Engels et la politique internationale*. Paris: Gallimard, 1975.
- PAPAIOANNOU, Kostas. *Nación, metrópoli y colonias en Marx y Engels*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- PRADELLA, Lucia. *Globalisation and the Critique of Political Economy: New insights from Marx's writings*. London: Routledge, 2015.
- WOOD, Ellen. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Resumo

No presente artigo, tomando de forma privilegiada os escritos de Marx sobre a China, procuramos evidenciar a existência de uma inflexão fundamental em seu pensamento em fins dos anos de 1850. Nossa tese aponta para uma reviravolta no modo como o autor de *O capital* concebe o desenvolvimento do capitalismo e o fundamento mesmo desse modo de produção, não mais como em textos anteriores, no desenvolvimento do comércio e da divisão social do trabalho, mas na expropriação originária, na dissolução consciente e violenta das formas sociais pretéritas. Pretendemos demonstrar que há uma ruptura com algumas formulações presentes em textos como o *Manifesto Comunista*, a *Ideologia alemã*, bem como em artigos sobre a Índia e a China, escritos no início dos anos de 1850. Por fim, indicamos as profundas consequências dessa inflexão em sua elaboração posterior, particularmente em *O capital*.

Palavras-chave: Marx; História; China.

Abstract

This article, based on Marx's writings on China, intends to show the existence of a fundamental inflection in his thinking in the late 1850s. Our thesis points to a

transformation in the way the author of *The Capital* conceives the development of capitalism. This mode of production is no longer based upon the development of trade and the social division of labor, but in the original expropriation, in the conscious and violent dissolution of previous social forms. Therefore, we intend to demonstrate that there is a rupture of Marx with some formulations present in the *Communist Manifesto*, *German Ideology*, as well as articles on India and China written in the early 1850s. Finally, we point out the profound consequences of this inflection in its later elaboration, particularly in *The Capital*.

Keywords: Marx; History; China.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

O retorno de Engels

John Bellamy Foster

Althusser e o materialismo do encontro

Cesar Mangolin

Marx e o colonialismo

Flávio Miranda

Classes e movimentos sociais

Eliel Machado

Classe média e corrupção

Sávio Cavalcante

Dossiê Marxismo e relações internacionais

46